


Glossário

3



Apresentação

Esta publicação foi criada como uma fonte de pesquisa para todos aqueles que estão buscando ter um primeiro contato com as diversas correntes de pensamento atuantes na arena do debate público moderno.

Sob a forma de um breve glossário, começa expondo os conceitos e os princípios fundamentais do liberalismo. Em seguida, elucida sinteticamente alguns dos termos mais recorrentes na conversação política com ênfase para as grandes correntes filosóficas que convivem com a tradição liberal ou que a ela se opõem.



Lucas Berlanza
Presidente do Instituto Liberal

Sumário

Liberalismo	3
Princípios liberais	4
Descentralização ou subsidiariedade	
Economia de mercado	
Estado de direito	
Justiça	
Liberdade	
Ordem	
Propriedade	
Tolerância	
Conceitos	6
Anarcocapitalismo	
Anarquismo	
Conservadorismo	
Democracia cristã	
Democracia liberal	
Escola Austríaca	
Escola de Chicago	
Esquerda e direita	
Facismo	
Identitarismo	
Keynesianismo	
Liberalismo clássico	
Liberalismo conservador	
Liberalismo social	
Libertarianismo	
Marxismo	
Neoliberalismo	
Objetivismo	
Ordoliberalismo	
Populismo	
Progressismo	
Social-democracia	
Socialismo	
Socialismo Fabiano	



Liberalismo

Tradição política que sustenta a defesa do indivíduo contra o arbítrio, reconhecendo seus direitos e prerrogativas fundamentais, em especial a tríade de valores de vida, liberdade e propriedade. Essa corrente nasceu da longa elaboração do individualismo no mundo ocidental e tem por marcos convencionais de seu despertar a atuação da facção política dos *Whigs* e o pensamento de John Locke (1632-1704) no Reino Unido do século XVII.

No entanto, o primeiro movimento liberal reconhecido como tal foi o dos “*liberales*” espanhóis, em 1812, que buscava lutar pelas principais agendas teóricas do liberalismo no século XIX: o constitucionalismo (isto é, o estabelecimento de normas fundamentais, as Constituições, que devem ser respeitadas por todos os membros de uma comunidade política, mesmo aqueles que estejam exercendo o poder) e a instalação do sistema representativo moderno, com representantes eleitos pelos cidadãos para fazer as leis e garantir que sejam executadas.



Princípios liberais

(Inspirados na Declaração de Princípios dos Institutos Liberais brasileiros de 1988).

Descentralização ou subsidiariedade

A regra da subsidiariedade prega que as questões locais podem ser mais bem enfrentadas no próprio âmbito local, isto é, na unidade mais próxima ao problema a ser solucionado. Isso significa, por exemplo, que tudo que o indivíduo puder resolver sem recorrer a uma empresa ou organização, ele deve ter a liberdade e o poder de resolver; tudo que uma empresa ou organização privada puder resolver sem recorrer à prefeitura, ela deve ter a liberdade e o poder de resolver; tudo que a prefeitura puder resolver sem recorrer ao governo estadual, ela deve ter o poder para tal, e assim sucessivamente, até que o raciocínio alcance efetivamente os problemas que apenas a entidade mais abrangente e distante – a União, no caso brasileiro – poderia equacionar.

Economia de mercado

Liberdade de iniciativa, responsabilidade individual, o direito de entrada no mercado para produzir os bens e serviços sem que ninguém possa monopolizar setores da atividade econômica por meio de privilégios concedidos pelo governo.

Estado de Direito

“Estado” é uma estrutura institucional, usualmente financiada por meio de impostos, que detém o controle oficial do uso da coerção e da compulsão na sociedade, tendo por fins mais básicos a manutenção da ordem e a chancela da segurança jurídica. O liberalismo não é, em princípio, contrário à existência do Estado. Porém, os liberais defendem uma modalidade chamada “Estado de Direito”, que é um arranjo institucional em que a autoridade das regras substitui a regra das autoridades, caracterizando-se pelo império da lei, constitucionalismo e isonomia. É o mais importante elemento de uma ordem liberal.

Princípios liberais

Justiça

A aplicação eficaz das normas gerais de conduta a casos concretos, particulares. A aplicação da justiça implica que haja a igualdade de todos perante a lei, que não sejam concedidos privilégios a pessoas ou grupos e que sejam respeitadas as minorias, sendo a essencial delas o próprio indivíduo.

Liberdade

Ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos, isto é, que a ninguém seja permitido recorrer à força ou à fraude para obrigar ou induzir alguém a fazer o que não deseja. Um sistema baseado na liberdade propicia um maior desenvolvimento das potencialidades individuais e uma maior produtividade do trabalho humano.

Ordem

O respeito a um conjunto de normas gerais de conduta, legitimamente geradas pelos cidadãos, às quais todos, inclusive o governo, têm que se submeter.

Propriedade

O direito de o indivíduo dispor livremente de seus bens materiais e sua capacidade de trabalho, sem precisar prestar contas a terceiros do seu uso, desde que não viole os direitos fundamentais alheios. Sem a propriedade individual, não existe a verdadeira liberdade.

Tolerância

É condição essencial para quem quer viver com liberdade. Assim como uma pessoa não deseja que os outros lhe digam como deve ser seu modo de vida, ninguém deve estar sujeito também ao que essa pessoa acha melhor para os outros.



Conceitos

A-C

Anarcocapitalismo

É a corrente libertária que, partindo do princípio de que todo imposto é roubo, defende a extinção do Estado e a substituição de seus serviços pelos de agências totalmente privadas que concorreriam entre si no mercado.

Anarquismo

É a defesa do fim do Estado como meta central. Pode ser uma corrente socialista (anarcossocialismo) ou que defenda a privatização absoluta de todos os serviços e instituições (anarcocapitalismo).

Conservadorismo

É uma designação – que, com seu significado político, nasceu na França do século XIX – que costuma referenciar a atitude social de estabelecer uma mediação entre o passado, o presente e o futuro, enxergando as tradições e o fluxo histórico como uma espécie de gramática a que se deve prestar atenção antes de promover revoluções e subverter todo o tecido social. O termo costuma ser associado a uma tradição política moderna que se inspirou nas críticas do parlamentar irlandês Edmund Burke (1729-1797), um *Whig*, à Revolução Francesa. O pensamento de Burke não pretendia derrubar as instituições liberais ou regressar à monarquia absoluta, mas propunha um esforço por não destruir abruptamente, em nome de doutrinas abstratas, a continuidade social e cultural. Porém, a palavra também costuma ser empregada para correntes que não compartilham a índole liberal do pensamento de Burke, como o contrarrevolucionarismo francês. Contrariando este último uso, alguns autores preferem reservar a expressão “tradicionalismo” para as correntes ditas “reacionárias”, que rejeitam por completo as instituições liberais, distinguindo-as do conservadorismo, a exemplo do professor Ubiratan Borges de Macedo (1937-2007).

Conceitos

D

Democracia cristã

É uma corrente política que tenta inspirar a atuação política em valores cristãos, mas sem abandonar a democracia liberal, rejeitando pretensões teocráticas. Tornou-se uma vertente muito relevante na metade do século XX, em especial depois da atuação da União Democrata-Cristã alemã no reerguimento da Alemanha. Suas raízes estão na Doutrina Social da Igreja e em algumas confissões protestantes europeias. Os partidos e grupos que se identificam como democratas cristãos, no entanto, variam muito entre si, havendo grande pluralidade sob esse rótulo. Há democratas cristãos mais próximos do liberalismo e do conservadorismo e democratas cristãos mais próximos da social-democracia – divergência interna que já existia na sigla democrata-cristã da própria Alemanha do pós-guerra.

Democracia liberal

A democracia representativa implica a extensão a toda a população da liberdade para escolher as pessoas que irão exercer as funções de governo e que, portanto, irão deter o comando do aparato de coerção e compulsão. Como se trata de uma participação popular dentro do Estado, normalmente consagrando a orientação das majorias, a democracia é uma preocupação diferente da preocupação liberal, que está voltada para proteger os indivíduos e as minorias. O regime político moderno em que as duas preocupações, ainda que isso apresente dificuldades, estão juntas é o regime da democracia liberal.

Conceitos

E

Escola Austríaca

É uma escola econômica que surgiu com Carl Menger (1840-1921), compreendido dentro da Revolução Marginalista, que passou a entender, de forma similar aos antigos pensadores espanhóis da Escola de Salamanca, que não era a quantidade de trabalho que determinava o valor dos produtos, mas a utilidade marginal – isto é, o que determina o valor de uma mercadoria não é o trabalho dispendido para confeccioná-la, mas o acréscimo na satisfação do indivíduo ao adquirir certa quantidade adicional dessa mesma mercadoria. A rigor, diferentes economistas passaram a entender dessa forma em diversos países na reta final do século XIX, sendo conhecidos como “neoclássicos”, mas os austríacos construíram uma escola com consistência específica, defendendo, em linhas gerais, o individualismo metodológico, os custos de oportunidade, as preferências temporais, a soberania do consumidor e certa hostilidade aos parâmetros matemáticos empregados por outras escolas econômicas. No entanto, existe uma grande diversidade de pensamento entre os adeptos dessa Escola, que não têm as mesmas ideias sobre o papel do Estado.

Escola de Chicago

Recebe seu nome por ser uma designação geral de economistas formados na Universidade de Chicago. Grosso modo, é conhecida por rejeitar uma visão mais ortodoxa da doutrina keynesiana, recuperando valores do liberalismo clássico sob uma roupagem atualizada. Para a Escola de Chicago, todo país deve ter seu Banco Central, uma única instituição responsável por gerir a política econômica, especialmente sob o ponto de vista monetário, isto é, da oferta e emissão de moeda, avaliando constantemente as taxas de juros e os riscos inflacionários. Geralmente, seus adeptos aceitam que o Estado deve atuar na economia quando se verificam cenários específicos, chamados de externalidades, em que consideram que a atividade econômica prejudica terceiros.

Conceitos

E-F-I

Esquerda e direita

São termos que nascem com as Assembleias Francesas, referindo-se à posição espacial ocupada por cada facção política da época. Tornaram-se usuais na exposição simplificada das ideias políticas durante os debates modernos e contemporâneos, mas não dão conta de estabelecer uma significação absolutamente precisa e científica das ideologias e correntes de pensamento social. Geralmente, ideias mais próximas ao liberalismo clássico e ao conservadorismo são classificadas à direita e ideias como social-democracia e socialismo, à esquerda, mas também são utilizadas variações como centro-esquerda, centro-direita, extrema esquerda ou extrema direita. Não existe um significado universal para esses termos, que variam de acordo com autores e contexto, sendo, no máximo, ideias aproximadas para simplificar discussões no enfrentamento político cotidiano, embora exista uma vasta bibliografia de tentativas de definí-los.

Fascismo

É uma doutrina política do século XX que propunha o revigoramento da sociedade a partir de uma proposta totalitária, que subordinasse o indivíduo ao Estado e ao líder. Normalmente, envolvia a espetacularização militarista da atividade política, com uniformes, brados e rituais específicos de saudação ao chefe supremo.

Identitarismo

Costuma ser empregado como referência à militância política que enfatiza grupos, categorias, pertencimentos, em vez da individualidade (ex: os direitos dos gays, das mulheres, dos negros, dos transsexuais).

Conceitos**Liberalismo conservador**

A expressão é admitida por diversos autores, como José Guilherme Merquior (1941-1991), Antonio Paim (1927-2021) e José Murilo de Carvalho (n. 1939). Designa o tipo de pensar político que, sem abdicar do liberalismo, ao mesmo tempo associa a ele as preocupações tipicamente conservadoras com o gradualismo pedagógico nas transformações sociais, a cautela com a mentalidade abstrata e a preocupação com a esfera cultural.

Liberalismo social

Na reta final do século XIX, apropriando-se da ideia alemã de "*Bildung*", líderes de partidos e correntes liberais passaram a sustentar que, para que o indivíduo se capacitasse para se realizar e exercer a sua liberdade, seria preciso dar a ele um suporte inicial, promovendo certo nível de equiparação das oportunidades e garantindo certa cota de bem-estar, o que implicou aumentar o papel do Estado (justificação que alguns chamam de "liberdade positiva"). Assim, os liberais sociais são aqueles que, na linha de Stuart Mill (1806-1873), Leonard Hobhouse (1864-1929) e José Guilherme Merquior (1941-1991), admitem uma atuação maior do Estado - a título de ilustração, através de um mínimo de leis trabalhistas, como a proteção contra o trabalho infantil, mas o tamanho e a intensidade dessa atuação variam de autor para autor -, sem adotar a retórica paternalista da social-democracia. Um liberal social, por exemplo, manteria a ênfase no empreendedorismo e na iniciativa privada e tenderia a se opor a aumentos robustos de carga tributária, continuando a ressaltar a responsabilidade fiscal. A linha que os distingue na literatura política pode às vezes ser tênue, mas, a rigor, um social-democrata é um socialista que se aproxima da democracia liberal, enquanto um liberal social é um liberal que se aproxima de algumas teses que envolvem maior atuação estatal.

Keynesianismo

Corrente de pensamento econômico baseada nas ideias de John Maynard Keynes (1883-1946), do Partido Liberal britânico, que defendeu intervenções estatais em contextos de crise do capitalismo como uma forma de salvar o próprio capitalismo. A classificação do Keynesianismo no campo das ideias é desafiadora e provém claramente da tradição do liberalismo social e não da social-democracia, além de rejeitar o Marxismo, mas ao mesmo tempo dialogou com as ideias de alguns teóricos socialistas fabianos, e os sociais-democratas se apropriaram de suas premissas para, radicalizando-as, promover uma ampla revisão estatizante no pensamento econômico do século XX. Economistas como os da Escola Austríaca e da Escola de Chicago reagiriam às ideias keynesianas, conquistando espaço em governos a partir dos anos 70 e 80, embora nem todos rejeitassem completamente as elaborações teóricas de Keynes.

Liberalismo clássico

A princípio, a expressão não se refere a uma vertente do liberalismo, mas aos autores e personagens históricos que desenvolveram o liberalismo como tradição de pensamento político da modernidade entre os séculos XVII e XIX. No entanto, passou a ser utilizada como uma identificação dos liberais que, contemporaneamente, se aproximam do conjunto das ideias dos liberais clássicos. É importante destacar que havia diversidade entre os liberais clássicos, com figuras como Adam Smith (1723-1790), por exemplo, defendendo a atuação do Estado na educação, enquanto Herbert Spencer (1820-1903) era contrário.

Conceitos**Libertarianismo**

É uma palavra polissêmica. Pode ser sinônimo de liberalismo clássico em alguns usos norte-americanos. Na discussão política brasileira, normalmente se refere aos seguidores de uma visão mais intensa do pensamento individualista, muito influenciada por alguns integrantes da Escola Austríaca, baseada em princípios como não-agressão e propriedade privada do próprio corpo como as normas éticas mais importantes.

Marxismo

É a filosofia socialista concebida pelos alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) no século XIX. De forma resumida, os marxistas ortodoxos acreditavam que os modos de produção são os elementos definidores da vida social e que a História avança através da luta entre as classes sociais dominantes e dominadas de cada um desses modos. O modo de produção chamado capitalismo, para eles, deveria desaparecer através de uma revolução operária que implantaria uma ditadura socialista. Depois dela, eles acreditavam que viria o comunismo, um sistema social sem luta de classes. A maior parte dos grupos socialistas atuais resulta de revisões e modificações do Marxismo.

Neoliberalismo

A palavra já teve vários significados desde o começo do século XX. No princípio, era uma designação adotada eventualmente por correntes que queriam revisar o liberalismo clássico, adaptando as ideias liberais a novos tempos em que, supostamente, elas precisariam de modificações. Foi associada de maneira mais categórica, especialmente nas décadas de 70 e 80, a economistas como os das Escolas Austríaca e de Chicago, que reagiram ao período de hegemonia dos keynesianos, sociais-democratas e intervencionistas. Nos dias atuais, infelizmente, o termo é usado como insulto e associado a qualquer desafeto dos pensadores “progressistas” ou “esquerdistas”, independentemente de suas crenças específicas.

Conceitos

O

Objetivismo

É uma filosofia desenvolvida pela pensadora russo-americana Ayn Rand (1905-1982) que cultiva a própria vida como alicerce de sua moral e o “egoísmo racional” como virtude.

Do ponto de vista do papel do Estado, o pensamento objetivista rompe com os liberais clássicos porque não defende o sistema representativo, mas apenas a existência de um aparato que garanta a segurança, a defesa externa e a consagração dos contratos, e é contra os impostos, defendendo que o Estado seja mantido apenas por contribuições voluntárias. É contrário, porém, ao mesmo tempo, aos anarcocapitalistas, porque considera inviável a ideia da extinção do Estado e de seu monopólio.

Conceitos

O

Ordoliberalismo

Corrente alemã que secundou teoricamente o reerguimento da Alemanha no pós-guerra. A expressão é empregada por alguns em referência apenas à escola econômica da universidade de Freiburg, e por outros como um sinônimo da “economia social de mercado” de Ludwig Erhard (1897-1977), que, à frente da economia do governo de Konrad Adenauer (1876-1967), promoveu o descongelamento de preços e uma série de privatizações, mas que era influenciada por outros economistas alemães que não integravam o grupo de Freiburg. Tanto uns quanto outros chegaram a frequentar a Sociedade Mont Pèlerin fundada por Friedrich Hayek (1899-1992) para reunir ativistas teóricos do liberalismo. Os ordoliberais defendiam, por exemplo, a necessidade de uma atuação do Estado por meio de leis antitrustes, de algumas políticas de distribuição de renda e até, em certos casos, a imposição de salários-mínimos. Os ordoliberais acreditavam que a economia de mercado, embora fosse um valor essencial à tradição liberal, não surgia no vácuo, como um fenômeno autônomo, mas era um produto político e cultural baseado em um sistema institucional que precisava ser cultivado e bem assentado para que ela funcionasse de forma próspera (uma “ordo”, ordem particular). Apesar de reconhecerem que as diferentes sociedades e instituições surgiram como resultado de longos processos de elaboração e não como produto de grandes deliberações, sustentavam que os legisladores tinham a prerrogativa de influenciar os benefícios auferidos através da economia de mercado indiretamente, através do aprimoramento do paradigma jurídico, sem que isso jamais significasse o planejamento econômico centralizado.

Conceitos**Populismo**

Também é um conceito cuja definição varia ao longo do tempo e de acordo com a abordagem, mas normalmente o termo é empregado para se referir à atitude política de dirigir-se às massas, menosprezar as instituições intermediárias e formular promessas messiânicas que não se pode cumprir. Está associado ao personalismo político, por vezes transcendendo agendas e programas.

Progressismo

A expressão em si é genérica, originalmente referindo-se a qualquer um que acreditasse na melhoria social ou no progresso. Haveria, nesse sentido, várias formas de progressismo, opostas entre si. Hoje, no entanto, a palavra está normalmente associada a correntes ditas de esquerda, que costumam misturar algum tipo de social-democracia com militância identitária.

Social-democracia

É a corrente política que, partindo da tradição socialista, aceitou disputar o poder dentro das regras do jogo da democracia liberal. Os sociais-democratas contemporâneos acreditam no papel do Estado para alcançar o bem coletivo e tendem a enfatizar a ideia de “sociedade” em detrimento do “indivíduo”, mas não defendem a revolução violenta ou a derrubada do sistema representativo liberal para alcançar seus objetivos, buscando-os pela via política e parlamentar. Uma vertente mais liberal economicamente da social-democracia, estimulada pelo pensador Anthony Giddens (n. 1938) no Reino Unido, nascida nos anos 90 do século XX, é chamada de “Terceira Via”. Seus adeptos, entretanto, ainda podem ser considerados sociais-democratas pela natureza de seu discurso e pela maior tolerância, por exemplo, com o aumento de cargas tributárias para financiar programas sociais.

Conceitos**Socialismo**

É a tradição política que elege a igualdade por valor supremo dentre os princípios oriundos da Revolução Francesa. O termo se aplicava a uma vasta gama de correntes que propunham de forma esquemática uma série de sistemas sociais alternativos ao longo do século XIX. O Marxismo é a tradição filosófica socialista mais conhecida e se tornou a força hegemônica no campo do socialismo, mas existem socialismos não-marxistas e até anteriores a ele, como os sistemas de Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Saint-Simon (1760-1825) ou Louis Blanc (1811-1882).

Socialismo Fabiano

No passado, os partidos sociais-democratas eram essencialmente partidos ligados aos operários e aos sindicatos. Uma associação de intelectuais com ideias socialistas de transformação gradual no Reino Unido, portanto, não propriamente composta por operários, passou a defender ideias semelhantes às deles, em coordenação com o Partido Trabalhista britânico. Essa associação era a Sociedade Fabiana, uma *think tank* que existe até hoje como proponente de políticas públicas e ideias ao Partido Trabalhista.



Glossário

1ª Edição - Out/2022

Organização: Lucas Berlanza

Distribuído por: Instituto Liberal

www.institutoliberal.com.br

[@instLiberal](#) [@@instituto_liberal](#)